

SUSTENTABILIDADES ÀS MULTITERRITORIALIDADES: DAS REPRESENTAÇÕES DE PODER À AUTONOMIA DOS TERRITÓRIOS

Agni Hévea dos Santos
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Linha: Transformação da Paisagem¹
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
agnihevea@yahoo.com.br

RESUMO

As nuances da “ordem” e “desenvolvimento” intrínsecas às diretrizes da gestão do território, no tocante à “melhoria” do espaço urbano fluminense trazem à tona a natureza territorial das representações de poder. Realça-se a importância da utilização das categorias geográficas espaço e território na análise do embate ou “jogo social” do binômio hegemonia-resistência mediada pela cooptação, associação e dominação dos agentes sociais. A (re)produção da baixada de Jacarepaguá no séc. XX refletiu o conceito de paradoxo organizacional ao relegá-las das políticas públicas - sistemática e seletiva – de forma a resigná-las às “fronteiras” entre oficial-oficioso, central-periférico: encostas dos maciços litorâneos. O remonte das intervenções oficiais junto às multiterritorialidades da baixada de Jacarepaguá reflete os planejamentos territoriais tradicionais, sobretudo, no que se refere à perspectiva de escamotear os conflitos de classes e reprodução da alienação social em um espaço urbano complexo. Tais discursos adquirem mais complexidade a medida que “domesticação” popular implícita às nuances do “não dito” das políticas públicas são reapropriadas e refuncionalizadas no/pelo território (cotidiano) dos remanescentes de Mata Atlântica - maciço da Pedra Branca/RJ.

Palavras-chave: Planejamento territorial, Mata Atlântica, territorialidade autônomas e emancipação popular.

SUSTAINABILITY TO MULTITERRITORIALITY: FROM POWER'S REPRESENTATION TO AUTONOMY OF TERRITORIES

ABSTRACT

The nuances of "order" and "development" intrinsic guidelines for the management of the territory, regarding the "improvement" of urban space of Rio bring to light the territorial nature of the representations of power. Emphasizes the importance of the use of geographical categories space and territory in the analysis of the clash or "social game" of the binomial hegemony mediated by the co-resistance, association and domination of social agents. The (re) production of lowland Jacarepaguá in the century XX reflects the concept of organizational paradox in relegates them to public policies - systematically and selectively - in order to resign them to the "borders" between official, unofficial, central-peripheral: the massive coastal slopes. The officers of interventions originates from the multi Jacarepaguá of downtown reflects the traditional territorial planning, especially with regard to the prospect of gloss over the conflicts of classes and reproduction of social alienation in an urban complex. Such speeches acquire more complexity as the "domestication" implied the popular shades of the "unspoken" public policies are reappropriate and refuncionalizadas in / by the territory (daily) from the remnants of Atlantic rainforest - the Pedra Branca massive/ RJ.

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PUC-Rio, orientado pela Profa. Rita de Cássia Montezuma, pertencente ao quadro docente do Departamento de Geografia.

Keywords: Territorial Planning, Atlantic Rainforest, territoriality autonomous and popular emancipation.

"Essa grande planície é formada pelos maciços da Tijuca e Pedra Branca e seus contrafortes, destacados do systema da Serra do Mar (...) de que nos ocupamos presentemente" (CORRÊA, 1933).

"Entender os projetos urbanos como parte do marketing, em que a propaganda torna-se parte do produto "cidade" – não uma cidade qualquer, mas uma cidade requalificada, submetida aos valores de um urbanismo utilizado no reforço de sua atratividade para o consumo, da ótica da globalização " (Fridman, 2003).

"O desafio metropolitano é, portanto, o desafio tanto de instauração de instituições compatíveis com maior autonomia, valores mais solidários e tecnologias mais conviviais quanto de construção de uma espacialidade que permita e estimule a autonomia" (SOUZA, 2000).

Introdução

A Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, baixada de Jacarepaguá, atende a uma evolução pautada na dinâmica socioespacial capitalista que expressa uma significação aos objetos sociais e naturais, assim como oculta as contradições sociais no espaço. Dessa forma, atende por obscurecer as práticas espaciais e territorialidades – tanto as pretéritas de notórias resultantes ambientais quanto as contemporâneas, contudo subjugadas a uma ordem distante e alheia ao local.

A reflexão acerca do espaço urbano brasileiro e a posterior proposição de ações de planejamento e organização territorial – proliferada no séc. XX e, sobretudo, pós 1930 – possui relevantes raízes nas estruturas coloniais dos povoados, vilas e núcleos territoriais do período colonial. Ideário este registrado nos documentos coloniais (restrição territorial às construções nos espaços centrais, arruação dos lotes urbanos - *sesmarias de chãos*, etc.) e concretizadas nas fundações das primeiras capitais coloniais, ao exemplo da Baía de Todos os Santos em 1549, posteriormente, Rio de Janeiro em 1567, onde houve um detalhado planejamento pelos "arquitetos" e *mestre-de-obras* – enviados pela Coroa juntamente com um plano geral. Porém só com o desenvolvimento da mineração, séc. XVIII, é que surgiu um padrão de ocupação territorial aos núcleos urbanos, sendo patente a sua importância, com a transferência do governo

português para o Rio de Janeiro e a, conseqüente, adequação da forma física da antiga capital colonial às novas funções.

As nuances dos planejamentos territorial do séc. XX, bem como, a intrínseca reflexão e normatização urbana, foi instaurada no século anterior, no tocante a melhoria da salubridade da cidade, saneamento e embelezamento urbanístico, passando assim, a ser dominado pela engenharia e, conseqüentemente, pela racionalidade técnica dos engenheiros sanitaristas.

Dessa forma, deflagra-se a contextualização histórica que deu origem à emergência e redefinição entre o Estado e urbano no Brasil que busca remontar às estruturas políticas, econômicas e sociais da ação do poder público no território, impulsionadas pós-1930. Por fim, contesta o caráter participativo dos atuais planos diretores que propalam o acolhimento – ao menos no discurso – das demandas e ensejos universais, inscritas no espaço urbano brasileiro.

Neste aspecto, o objeto analítico é o espaço urbano e suas multiterritorialidades enquanto produto dos paradigmas de gestão territorial, a exemplo desta dinâmica, a baixada de Jacarepaguá, onde se insere o Parque Estadual da Pedra Branca, é ilustrativa de tais componentes sócio-espaciais que inferem tanto numa utilização diferenciada (uso) ou restrição (não-uso) do espaço urbano, ora consolidada e fechada aos interesses dos agentes marginais, ora fronteira, reserva e recurso à expansão do capital, a exemplo da ascendência vertiginosa da especulação imobiliária na zona oeste da cidade.

O objetivo deste trabalho consiste em remontar e analisar as estruturas políticas, econômicas e sociais da ação dos agentes sociais hegemônicos – incluindo íntima associação poder público – na gestão territorial da baixada de Jacarepaguá, bem como, propor uma reflexão sobre a função e intencionalidade inerente às propostas de (re)produção do espaço urbano que, em tal recorte espacial, atende pela baixada de Jacarepaguá, onde insere-se o Parque Estadual da Pedra Branca de múltiplas territorialidades.

Tal análise, estrutura-se na (re)produção espacial da Baixada de Jacarepaguá no século XX que adquiriu relevante escopo a partir do Plano Lúcio

Costa – a exemplo de outros planos urbanísticos: Plano Pereira Passos do início do século, Plano Agache da década de 1930 e Plano Dioxiadis da década de 1960 – ilustra assim, o conceito de paradoxo organizacional (VASCONCELOS, 2004 e SILVA, 2007), essencialmente dialético e contraditório em relação ao binômio discurso-ação implícito às políticas públicas da gestão territorial.

Evolução das intervenções estatais nos territórios

Os planejamentos rural-urbano tradicionais

O período final do séc. XIX foi marcado pela redefinição da divisão social do trabalho e, conseqüentemente, por uma reestruturação da relação Estado e sociedade: a íntima relação entre os agentes da economia brasileira com o Estado brasileiro, visava essencialmente a fomentação de condições que – mais adiante – gerariam impactos importantes transformações no Urbano.

Segundo Oliveira (1982) haveria uma evidente disparidade quando se trata da relação entre Estado e Economia no período colonial, sendo tal conjuntura um desdobramento das diferenciações entre o modo de produção escravista (baseado na mão de obra escrava) e o modo de produção capitalista (mão de obra “livre”). Tal incongruência do entrelaçamento destes dois modos de produção eram avistados tanto nas relações sociais, como na (re)produção do espaço.

Tal assimetria justifica-se pelo modo de produção escravista, suas relações e técnicas estarem imbuídas de uma racionalidade mercantil, oligárquica e monopolista, enquanto a racionalidade burguesa e industrial – inspiradas nos ideais franceses: liberdade, igualdade e fraternidade – preferiram a descentralização política e o dinamismo industrial com suas flexibilidades estruturais (ferrovias) e relacionais (trabalhador assalariado).

Dessa forma, enquanto no modo de produção escravista, o escravo era um trabalhador compulsório, já no modo de produção capitalista ele se transfigurava em arrendatário, semi-servidão e assalariado (Matos, 1987). Portanto o escravo se metamorfoseia nas múltiplas facetas de mercadoria, porém sem alterar sua condição e submissão social:

“Em 1850 faz-se a primeira lei de terras que só admite a aquisição de novas terras por compra. Quer dizer, a terra até então “livre” torna-se “cativa” do capital e dos capitalistas, ao mesmo tempo que o trabalho cativo, vai tornando-se, pouco a pouco, “livre”. Será livre, mas continuará sem acesso à terra, já que não tem dinheiro para adquiri-la”. (RUA, 1993).

Oliveira (1982) atenta para a medida que a economia colonial se desenvolvera – se inserindo no cenário internacional com a comercialização de produtos agrícolas (produção e circulação) – há um reflexo e impacto das estruturas e paradigmas da ação do poder público em relação ao espaço urbano e a cidade. Sendo nas cidades que se dá a ligação entre os aparelhos inerentes à produção e circulação das mercadorias, sendo o mesmo *locus* do aparelho do Estado e suas relações privilegiadas, em sua maioria, originárias do período colonial em que se desenvolve o modelo ou configuração espacial polarizada (cidades coloniais).

A economia monocultora baseada no escravo negou – em parte – a cidade como espaço da divisão social do trabalho, permanecendo tal padrão até a década de 1920 quando o urbano passa a ganhar novos traços e turbulências, culminando assim, no desenvolvimento do cenário característico da transição do Brasil agrário exportador ao Brasil urbano industrial.

O mesmo autor relaciona a autarquia existente nos dois modelos à divisão social do trabalho, sendo tal divisão peça fundamental para diferenciarmos estas duas autarquias: no campo (concepção aos moldes antigos) a divisão social do trabalho é incipiente, o que acarretou, por conseqüência, numa urbanização incipiente e polarizada, de forma que esta autarquia não permitiu ao capital fixar uma unidade produtiva. Já a autarquia citadina vai impor uma industrialização no Brasil, tendo como centro – devido a sua herança histórica – as cidades já existentes, com isso promoveu-se uma fixação das unidades produtivas, concomitante a divisão social do trabalho e suas relações de produção que

necessitavam passar por transformações face à exigência e complexidade do produto final.

Desta forma, decorre-se que a urbanização no Brasil está associada e motivada pela industrialização dos espaços fabris e seu entorno – incorporando assim a mão de obra assalariada – e sendo essencial à transição do caráter agrário exportador para o urbano industrial das estruturas sócio-espaciais do Brasil.

Planejamento urbano do século XX

O espaço urbano brasileiro e, conseqüentemente, os paradigmas de ação do poder público no espaço (planejamento urbano) são representativos de tal transição sócio-espacial, no sentido que os planos de melhoramento e embelezamento, implementados no início do século XX, foram transplantados sob a perspectiva técnica e científica de traços característicos obscuros, pouco inteligível e alheio aos interesses sociais.

Segundo Villaça (1999) a questão central implícita ao discurso dos planos de melhoramento e embelezamento refere-se à dominação, estando esta, constantemente, escondida e camuflada nos propalados: bem estar e social e qualidade de vida. Para o autor, apesar das mudanças desencadeadas, as propostas emergentes sempre privilegiam as classes dominantes, sempre tentam encobrir as desigualdades associadas à produção e reprodução do capital. A questão do planejamento urbano estaria ligada, então, a três pilares construídos culturalmente e legitimados frente à população: a razão (Iluminismo e Renascentismo cultural), a relevância da ciência moderna enquanto discurso “verdadeiro” e ao Estado (burguês), legitimando suas práticas.

Leme (1999) corrobora com a questão ao analisar os primórdios do planejamento no Rio de Janeiro: os planos de melhoramento e embelezamento estão ligados às práticas sanitárias, às práticas de circulação e à valorização estética, onde suas formas são pautadas no estilo e padrão europeu (melhoramento e embelezamento). É um momento que prepara a cidade para o

capital monopolista que se afirma com uma nova divisão social do trabalho a partir de 1950.

Desta forma, são feitos alargamentos e retificação de ruas com o fim de melhorar suas condições higiênicas e sócio-econômicas: facilitar a circulação entre os diversos pontos, dando ao mesmo tempo beleza e harmonia as suas construções. É o momento dos engenheiros atenderem aos planos da elite que reside nos centros urbanos – planejamento feito – objetivando a erradicação e/ou segregação da população trabalhadora (que residia, historicamente, na área central) e a alteração da função do centro, de forma, a atender aos interesses do capital comercial e, posteriormente, financeiro.

Porém, com a transição paulatina do país – agrário exportador para urbano industrial – emerge a burguesia industrial e potencializam-se as complexidades da questão urbana no que se refere ao planejamento urbano e as obras de interesse comum, questionado por Villaça (1999): “não há como anunciar obras de interesse popular, pois estas não são feitas, e não há como anunciar obras que serão feitas, porque estas não serão de interesse popular”, de forma a enaltecer o caráter elitista (classe dominante) dos planos de melhoramento e embelezamento sob perspectiva técnica e científica, atentando para a neutralidade de emergente classe operária.

A partir de então, segundo o mesmo autor, a cidade demanda “eficiência”, redefinindo assim os conceitos de “global” e “geral” onde a (re)produção do capital prioriza as obras de infra-estrutura em detrimento das obras de embelezamento. Já Leme (1999), garante que as propostas de zoneamento com a gestão de um órgão de planejamento atendem, paulatinamente, a integração dos projetos de sistemas em rede de infra-estrutura e transporte, vinculada à legislação urbanística internacional e nacional.

Em 1973, as forças do capital internacional estimularam a reestrutura urbana das cidades centrais, já na década de 1950 e no golpe militar de 1964 marca-se o crescimento horizontal das cidades brasileiras e a efetivação das práticas de planejamento pautado nos zoneamentos, contextualizados na complexa

conjuntura urbana: migrações inter-regionais, urbanização e conurbações. Cabe ressaltar que a política ideológica desempenhada por Getúlio Vargas – populismo: enaltecendo, via imprensa, o valor do trabalhador assalariado na cidade – teve relevante importância aos fluxos populacionais. Tal indução e “domesticação” da população agravou as desigualdades sociais.

Planejamento urbano contemporâneo

No Brasil, a notória modernização conservadora enfatizou, paulatinamente, a transferência de poder das oligarquias cafeeiras (início do séc. XX) para a emergente burguesia urbano-industrial. Embora espelhe o processo de urbanização norte-americano (autonomia a iniciativa privada numa confederação de estados) e europeu (onde o Estado teve papel importante), no Brasil não se decorreu um processo longo de urbanização, tampouco uma transição vinculada à participação e lutas sociais, havendo, sobretudo, devido às forças do capital internacional e as estratégias do “discurso” destes planos, grande concentração populacional e do capital (MARICATO, 1997). Deflagrou-se assim um planejamento em que se desconsidera as desigualdades e particularidades da sociedade brasileira, bem como suas estruturas e contradições históricas tanto urbanas quanto agrárias.

O movimento pela reforma urbana teve sua grande expressão na década de 1980, ainda sob a égide militar, mas foi paulatinamente diluído e modificado, sendo na constituição de 1988, segundo Souza (2002), consolidado a transferência das responsabilidades para os planos diretores municipais e, conseqüentemente, no esvaziamento de uma amarração da reforma urbana a nível nacional. Surge assim, o planejamento estratégico e a idéia de *city marketing* sob conjuntura da guerra fiscal entre os estados da federação e entre estados e União, que – atualmente relatada por Vainer (2002) - como um dos principais desafios da ação governamental. Dessa forma, os projetos de planejamento e gestão das cidades pós anos 90 tendem a remontar o formalismo dos projetos antecedentes, porém estes, segundo Arantes (2006), não desprenderiam de seu caráter originário: representações ideológicas das estratégias de dominação.

As políticas de ocupação do território urbano determinam não somente a transfiguração do espaço em “cidade-negócio”, enquanto produto da interface globalizante, situa-se nas acentuadas e aceleradas imposições econômicas, políticas e culturais no contexto do neoliberalismo trans-fronteiriço.

Quanto às perspectivas dos agentes locais, Maricato (2001 *apud* Arantes 2006) relata que o Planejamento Estratégico deflagrou, ao mesmo tempo, “a perspectiva de um novo papel político e econômico” para as cidades, diante do “aumento do desemprego e das demandas sociais, da guerra fiscal e da diminuição dos recursos públicos nacionais, decorrentes dos cenários internacionais”, bem como, a valorização do promotor do poder local. Contudo, Ferreira (2007), alerta para os riscos e limites de tal participação, entre outros: a restrição da atuação dos grupos sociais e a institucionalização e cooptação do ativismo dos movimentos sociais.

A (re)produção da baixada de Jacarepaguá

A baixada de Jacarepaguá, palco hoje de um irreversível adensamento populacional e, conseqüentemente, uma nítida especulação imobiliária, tem sua gênese, caracterização e evolução compatíveis à singular (re)produção do espaço a partir do “consumo” dos remanescentes florestais do município: Maciços da Tijuca e Pedra Branca e, sobretudo, pela imposição de uma ordem e ideologia hegemônica – ordem distante de Ferreira (2007) – sobre os territórios tanto àqueles remanescentes ao período colonial quanto aos refuncionalizados pelo processo de simultânea (des)territorialização e reterritorialização.

Diversos autores retrataram as minuciosidades no processo de (re)produção da baixada de Jacarepaguá, entre eles encontram-se Correa (1933) que relatou as especificidades espaciais, sociais e culturais deste processo; Fridman (1999) relatando o histórico da propriedade fundiária nas freguesias rurais do império; Engemann (2005) realçando as “marcas das mãos¹” neste.

A região conhecida como *sertão carioca*², *freguesias rurais*³ ou baixada/freguesias de Jacarepaguá constitui como a zona oeste do município do Rio de Janeiro que se caracterizou enquanto zona rural a partir de 1834 no

período de consolidação da corte na capital imperial Rio de Janeiro. A vinda da família real em 1808 e, sua conseqüente aglomeração na capital, intensificou a valorização da terra e foi o passo inicial para a ruptura com a tradição medieval de aquisição de terras pelas sesmarias - cartas donatárias e capitâneas hereditárias (FRIDMAN, 1999).

O mesmo autor ressalta a concomitância do processo de valorização e ocupação espacial desta área, havia uma gradativa desregulamentação do trabalho compulsório que impulsionavam a mercantilização do solo. Já que tanto os escravos alforriados quanto os foreiros, em sua maioria imigrantes, pressionavam o sistema sesmarial, bem como, as posses adquiridas por concessão do donatário. Em 1850, com a promulgação da Lei de Terras, consolida-se legalmente a propriedade fundiária e formação de um mercado capitalista de terras. Dessa forma, os arrebaldes rurais constituem-se como *fronteiras* à expansão da pequena propriedade e por ser o principal logradouro público e de relações vassaladas que garantiam o fornecimento de café, feijão, milho, mandioca e outros gêneros à região central e arrebaldes, gerando assim, acumulação de capitais pelas elites locais.

Ocupação das freguesias rurais no séc. XIX

Denominada no século XVI como a Planície dos Onze Engenhos (D'água, Camorim, Vargem Grande, Vargem Pequena, Taquara, Novo, de Fora, Velho da Taquara, Rio Grande, Restinga e Serra), conforme avistada na figura 01, a baixada de Jacarepaguá era permeada por grandes concessões territoriais

¹ Refere-se ao legado cultural das populações tradicionais junto à floresta.

² Vocábulo empregado por Correa (1933).

³ Vocábulo empregado por Fridman (1999).

agentes sociais difusos que ora se opunham aos interesses régios e individuais ora associados e intimamente interligados.

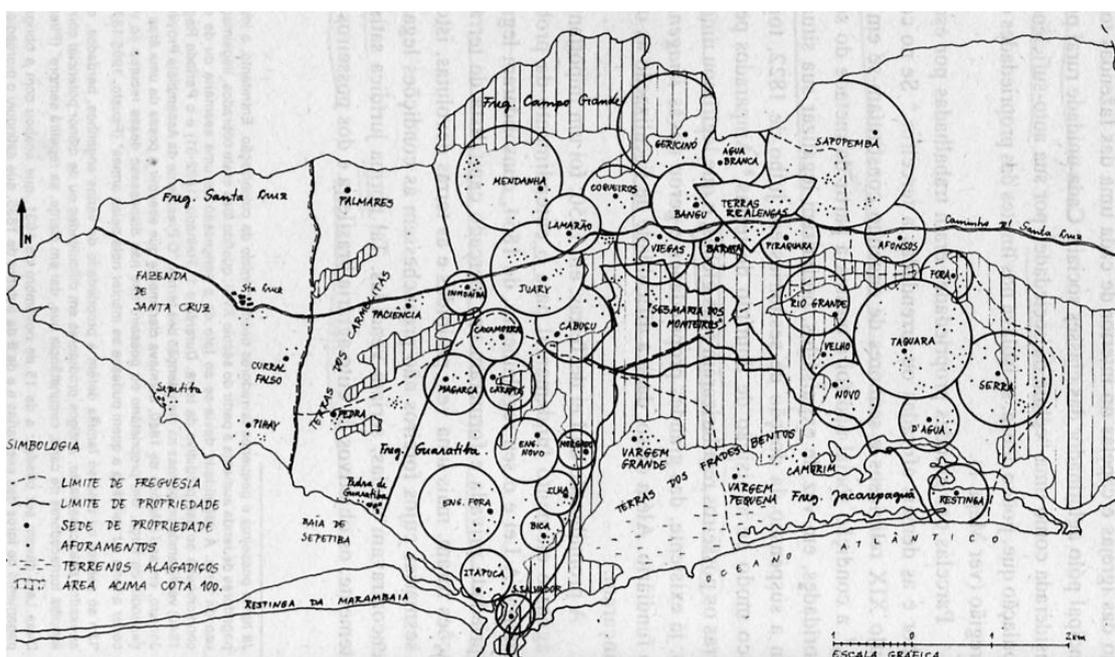


Figura 01: Propriedades (engenhos) nas freguesias rurais no séc. XIX (*apud* FRIDMAN, 1999).

O governo Régio, a representatividade religiosa e os senhores de engenho revezavam-se ou coadunavam-se no controle e apropriação do espaço colonial. Os sesmeiros, cristãos em condição de possuírem o solo, aproveitá-lo e prover o pagamento do dízimo, firmavam determinadas cláusulas de obrigações em que se comprometiam a medir e demarcar propriedade; conservar na floresta determinadas espécies como “tapinhoas” e “parobas” que só poderiam ser suprimidas para a construção de naus; construir caminhos e pontes; reservar meia légua nas margens dos rios para logradouro público; não suceder em tempo algum a pessoa eclesiástica (FRIDMAN, 1999).

As ordens religiosas detinham uma considerável parcela das terras da região, transmitidas pela devoção e fé de seus possuidores. Os monges beneditinos do mosteiro de São Bento constituíam a principal autoridade religiosa da época e, sobretudo segundo os registros paroquiais, configuravam-se como importantes produtores de mantimentos: milho, feijão, arroz e, sobretudo, mandioca para a produção de farinha de guerra – base alimentar nas fazendas e no mosteiro, além de anil e de rebanhos bovinos (ENGEMANN, 2005).

Porém, muitos dos cativos recém alforriados, buscavam nos arrendamentos - pagamento de um foro anual pela utilização de lotes de terra – como forma de subsistirem na economia colonial. Dessa forma, equiparavam-se aos foreiros migrados de outras regiões e ilustravam o prenúncio da nova forma de expropriação da mão-de-obra, ao que Marx salientou como uma reinvenção da escravidão vinculada à acumulação de terras e capitais (MARX *apud* FRIDMAN, 1999).

Somente no começo do século XIX é que os posseiros passaram a ter regularizadas suas glebas. Consolidavam-se sobre os arrendamentos concedidos pelos senhores de engenho e igreja ou sobre as terras desapropriadas por insucessos de seus seismeiros.

Já em 1854/1856, a baixada de Jacarepaguá apresentava a maior quantidade de propriedades rurais dentre as freguesias rurais que apresentavam arrendamentos em seu território: Guaratiba, Jacarepaguá e Campo Grande, sendo em sua maioria composta por pequenas ou médias propriedades (abaixo de 500 ha). Realça-se assim, a diversidade de usos antrópicos nas regiões marginais ao Maciço da Pedra Branca, sendo, por Corrêa (1933), detalhadamente caracterizada a grandiosidade cultural, religiosa, social e econômica das populações tradicionais: os pescadores, os machadeiros, os tamanqueiros, as estereiras, os oleiros, os bananeiros, os caçadores, e, sobretudo, os carvoeiros que habitavam a vertente sul do maciço.

De fato, o insucesso dos donatários, bem como, da administração do mosteiro de São Bento, aliado ao endividamento destes como o financiamento de capital e anexação de maquinário – por intermédio do governo imperial - para conter o declínio da oferta de mão-de-obra compulsória, concorrência estrangeira e propagação de pragas.

Dessa forma, a agricultura de *plantation* é preterida pela inserção da mecanização, pelo emprego do braço livre e pelas ferrovias garantidoras na rapidez do escoamento da produção. Gerou-se assim, condições irreversíveis para a decadência e alienação dos engenhos, sobretudo, a partir da venda de

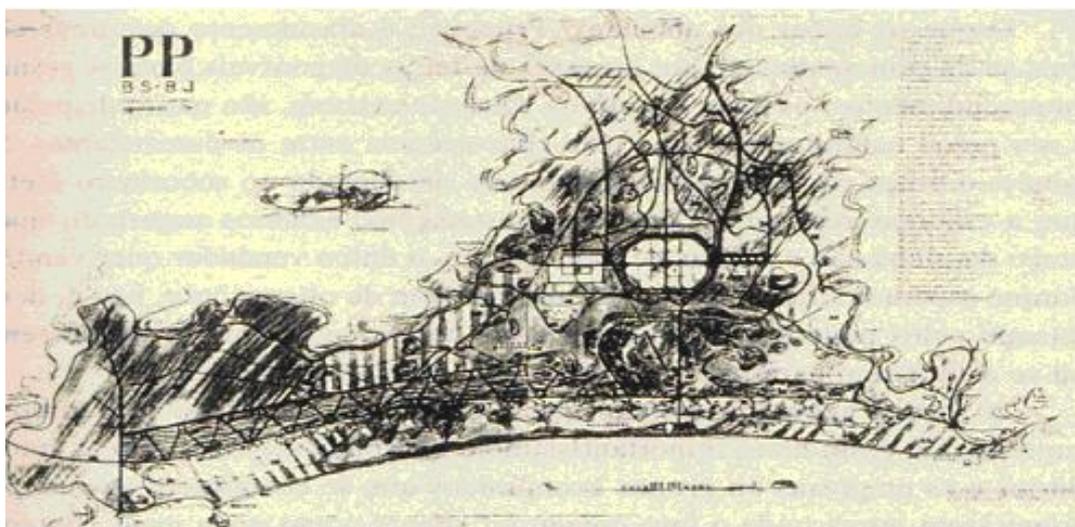


Figura 03: Reprodução do plano-piloto de Lúcio Costa (*apud* FRIDMAN, 1999).

Esse Plano propunha para a Baixada de Jacarepaguá, segundo o discurso oficial, uma nova forma de organização do espaço: o crescimento urbano aliado às questões ambientais, mesclando assim, uma controlada expansão urbana com a preservação da geografia do lugar, suas belezas naturais como as praias, as dunas, restingas e lagoas. O ponto central do Plano era a construção de duas vias principais, a Avenida das Américas e a Avenida Alvorada (atual Ayrton Senna), que fariam a ligação de toda a região com os futuros núcleos autônomos; limitava os gabaritos para construção dos prédios e previa áreas de preservação, dentre outros aspectos.

Em suma, o Plano de Lúcio Costa – analogicamente semelhante aos Planos Pereira Passos, Agache e Dioxiadis – consolidou os interesses específicos dos agentes sociais, embora estivesse camuflado pelo discurso de evolução urbanística e de moderna gestão territorial. Dessa forma, a natureza do planejamento territorial implementado por Lúcio Costa, técnico, heterônimo e de caráter mercadofílico – atende a categoria de *New Urbanism*, (SOUZA, 2002) onde se vinculou a tomada de decisões à logística técnica de “desenvolvimento” e “modernização” da cidade e a, conseqüente, ínfima ou pseudoparticipação popular que, envolvidas pela sedução do discurso político, é, facilmente, arrolada e

“domesticada”, porém – de fato e na prática - se torna relegada excluída dos benefícios destas políticas públicas.

O conceito de Paradoxo Organizacional refere-se às contradições e ambigüidades envolvendo o discurso e a prática da gestão territorial. Trata-se – segundo Vasconcelos (2004) – das práticas e estratégias de determinadas organizações e interações sociais de prover tendências e polarizações acerca da representação e objetivos das políticas públicas, sintetizado pelo autor:

“paradoxo é representação da experiência, dos sentimentos, crenças e interações através de dois estados aparentemente inconsistentes, duas realidades opostas e aparentemente irreconciliáveis como “autonomia e conformidade”(…) (EISENHARDT, 2000 *apud* VASCONCELOS, 2004)

Corroborado por Silva (2007) ao defini-lo e, conseqüentemente, inscrevê-la no Estado do Rio de Janeiro como “a política gestada no espaço fluminense, a partir da natureza contraditória de algumas ações públicas voltadas para a modernização socioespacial” resultante da interação de instâncias de diversos agentes articulados, tanto oficiais (Estado e o Poder Público) quanto sócio-econômicos hegemônicos.

Territorialidades multiescalares da Mata Atlântica

O Parque Estadual da Pedra Branca, representativa da Mata Atlântica e inserida na baixada de Jacarepaguá, é compreendido pelas múltiplas territorialidades (mosaico de representações espaciais) inerentes ao seu espaço, atendendo à multiescalaridade espaço-temporal: pretéritas e contemporâneas, concomitantes e subseqüentes.

Oliveira (2006) propõe o termo *paleoterritório*, categorizado como as resultantes ecológicas decorrentes do uso dos ecossistemas por populações passadas na busca de suas condições de existência. O paleoterritório – caiçaras, quilombolas, sitiantes, etc – constitui, portanto, uma das etapas antrópicas dos processos bióticos e abióticos que condiciona o processo da regeneração das florestas, onde a cultura das populações tradicionais desempenha relevante papel.

Freitas *et al.* (2005) relatou a influência dos territórios agro-pastoris na funcionalidade hidrológica das encostas do Maciço da Pedra Branca, bem como, outros autores, na mesma área, como Solórzano (2006) discorrendo sobre a composição ecológica do espaço e território do uso agrícola dos bananais e Santos (2007) ao analisar o crescimento dos territórios e ocupações urbanas sobre às áreas limítrofes e interioranas ao Parque. Agrega-se assim, uma gama de territórios superpostos que, contudo, são legítimos do “direito à cidade” e, conseqüentemente, a uma gestão territorial que as contemplem.

Corroborado por Davidovich (2000) ao relatar as singularidades do contexto territorial do Estado do Rio de Janeiro, impressas pelas contraditórias representações socioespaciais tanto pretéritas quanto contemporâneas sob a interface global-locais, situando assim, o território fluminense meio a perda de competitividade e, conseqüentemente, pela mobilidade de agentes e recursos, embora a proeminência deste em relação à base de ação logística.

Nesse sentido, tanto o planejamento e gestão territorial do uso quanto sua restrição – Parque Estadual – estão vinculadas às territorialidades imersas num espaço público de lutas e relações de poder (VESSETINI, 1989 *apud* VALLEJO, 2003) e, somente pela afirmação das identidades territoriais, pode ser garantidor de um espaço de cidadania (GOMES, 2002).

De fato, o Parque Estadual da Pedra Branca insere-se nos 5.700 Km² de áreas remanescentes protegidas legalmente nas Unidades de Conservação, 13% de toda cobertura original (42.940 Km²) da Mata Atlântica (ABREU, 2005), porém apresenta um elevado crescimento de usos antrópicos e suas territorialidades, essencialmente urbanas, nas áreas interioranas ao PEPB, Santos (2007), corroborada pelos índices de adensamento demográfico (figura 04) na baixada de Jacarepaguá incidentes aos maciços da Pedra Branca e da Tijuca.

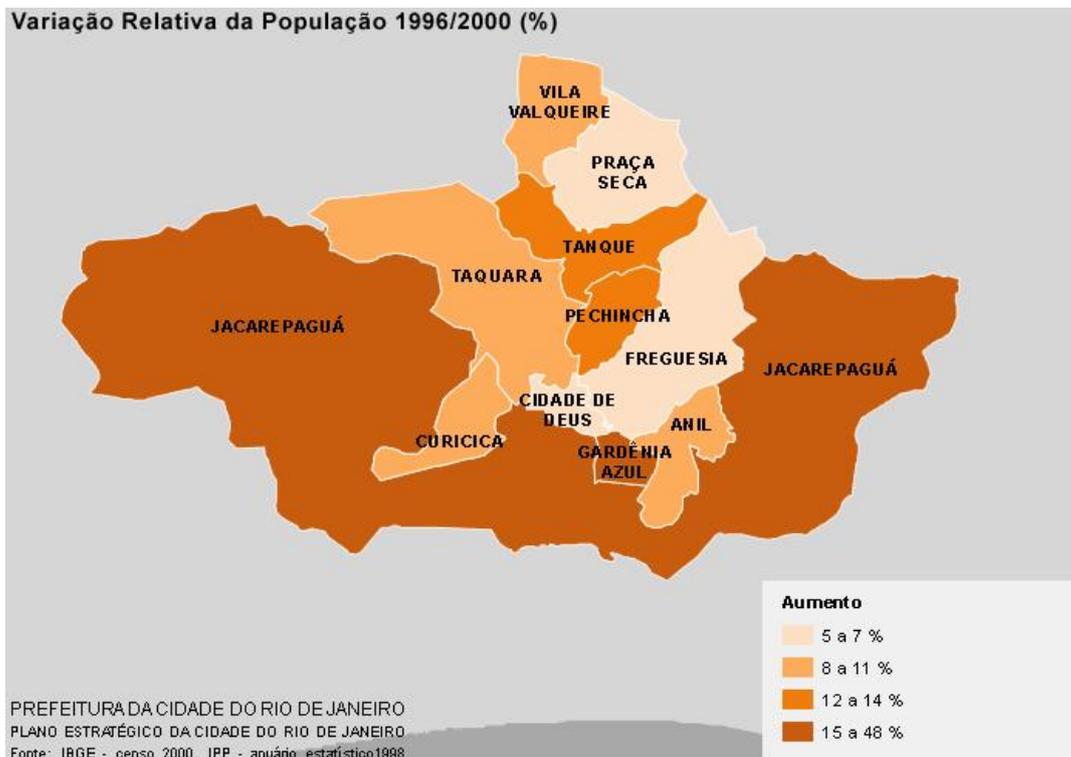


Figura 04: Variação demográfica relativa a Jacarepaguá 1996-2000 (IPP, 2007)

Como vemos, a baixada de Jacarepaguá apresenta hoje, um dos maiores índices de urbanização e adensamento demográfico do município do Rio de Janeiro, onde as regiões interioranas e limítrofes às unidades de conservação são assoladas pelo crescimento demográfico exponencial em detrimento às áreas de urbanização consolidada, ao longo das principais vias de acesso à região concebidas no Plano Lúcio Costa.

DESAFIO METROPOLITANO E O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO:

A polêmica acerca do desafio metropolitano, Souza (2000), situa os limites e potencialidades da gestão territorial e seus múltiplos desenvolvimentos socioespaciais. Limite no que se refere à incapacidade deste de projetar-se a todas as metrópoles face às similaridades e particularidades de cada território/territorialidade, metrópole, estado e país. Potencialidades ao estar imbuído do diálogo pragmático e da ideologia utópica norteadores dos diversos cenários alternativos enveredados por uma autonomia plena. O autor prega, portanto, um planejamento participativo que supere o *clichê* do planejamento urbano sustentável que acredita ser demasiadamente superficial e pouco efetivo e, dessa forma, representativo de uma gestão territorial das múltiplas territorialidades autônomas (SOUZA, 2001).

Silva (2007) corrobora com a temática ao indicar uma gestão territorial a partir da articulação entre agentes e atores sociais, de forma, a “atentar para os movimentos constantes da vida social, política e econômica dos territórios e, ao mesmo tempo, propor caminhos menos conflituosos e contraditórios pelas populações territorializadas”.

Sendo assim, a baixada de Jacarepaguá configura-se como espaço das representações espaciais ao coabitar as diversas territorialidades pretéritas e contemporâneas, concomitantes e subseqüentes. É, portanto, representativo das assimétricas relações sociais, de forma, a relegar e subjugar – socialmente e espacialmente - as diversas formas de servidão e territorialidade colonial. Alusivamente às intervenções de Pereira Passos - na implementação da grandiosa reforma urbanística, conhecida popularmente pelo "bota abaixo" – que culminou por propagar as ocupações irregulares junto às áreas de preservação do maciço da Tijuca e, seu seguidor, Lúcio Costa, ao projetar o desenvolvimento sócio espacial da zona oeste, potencializou a ocupação das remanescentes áreas florestadas do maciço da Pedra Branca (SANTOS, 2007).

Bem como ao que Oliveira (2007) vem discorrendo acerca do “desenvolvimento sustentável” e do “planejamento ecológico” do bairro de Vargem Grande (sudoeste do Parque Estadual da Pedra Branca) norteados pelas políticas públicas e pelos agentes sociais do local – capital imobiliário e de serviços – onde a apropriação do “natural”, “ecológico” e “sustentável” se contrastam aos limites da “ilha de natureza” da unidade de conservação “*wilderness*”.

O desafio metropolitano torna-se evidente na atual conjuntura de discussão dos planos diretores instituídos aos municípios pelo Estatuto da Cidade e uma relativa autonomia aos municípios pela Constituição de 1988 que se desdobrou nas “guerras dos lugares” (CASTRO, 2003). E, no cenário do município do Rio de Janeiro, o complexo e integrador plano diretor configura-se como um fórum e espaço político, essencialmente dialético, embora, muitas vezes, inerte - haja vista os impasses entre agentes políticos e territoriais – imperando assim os diversos

planejamentos estratégicos de caráter pseudo-participativo, imediato e pontual (IRIAS, 2007).

Pensar na gestão territorial autonomista significa abarcar a idéia de sustentabilidades e desenvolvimentos trazidas em Rua (2007), de forma a garantir as multiterritorialidades do espaço, tanto das territorialidades pretéritas formuladoras de indelévels marcas, pegadas e legadas ao conhecimento científico e melhoria da qualidade de vida das gerações futuras, quanto às territorialidades rurais e urbanas da agricultura familiar no Parque Ecológico do Mendanha, dos sistemas agropastoris da Pedra Branca e ocupações “irregulares” de Vargem Grande, em suma: idiosincrasias que demandam valorização frente uma autônoma gestão territorial.

Considerações finais

O processo dialético de (re)produção espacial da baixada de Jacarepaguá ilustrou o paradoxo organizacional da gestão territorial no tocante às políticas públicas representativas da representações de poder pela apropriação, cooptação e associação as territorialidades (idiosincrasias) da zona oeste do município.

Dessa forma, configura-se enquanto produto e condição das transformações implementadas pela relação inter-escalar: global-local, de forma que o espaço geográfico da baixada de Jacarepaguá encontra-se vinculado a noção de simultaneidade entre o espaço globalizado (ordem distante: valor de troca e tempo do comércio) e o espaço singular (ordem próxima: valor de uso e tempo da vida) que responde tanto às forças e agentes globais quanto locais, ou seja, o local apropria-se do ritmo, intensidade e forma do processo de globalização, porém, segundo sua própria lógica e territorialidade. Contudo há de se evidenciar que o espaço é a forma socialmente construída; no vivido, bem como, a natureza sendo ela perceptível, concebida e decodificada como tal pela pelos grupos e práticas espaciais. Sendo assim, é de suma importância o exercício da auto-representação e emancipação dos grupos sociais locais, expressivas forças políticas que, de fato, fazem uso da cidade e, portanto, detentoras do inalienável “direito à cidade”.

Problematiza-se assim, a natureza contraditória dos discursos e práticas lineares, verticais, pontuais, imediatas e, portanto, simplistas – comum à gestão clássica – descartadas aqui dessas considerações propositivas, que vem dominando a gestão territorial na Baixada de Jacarepaguá, representando-a – dessa forma – pelos diversos e específicos planejamentos estratégicos. Contextualiza-se assim, com a dialética da (re)produção do espaço de Ferreira (2006): “no cerne da ordem está o germe da desordem”, onde as territorialidades autônomas (SOUZA,2001) buscam subsistirem nas gestões heterônomas das “fronteiras” ao desenvolvimento.

A resolução destes conflitos aqui apontados, passa pela multi-escalaridade da gestão territorial e seu íntimo vínculo ao paradigma da complexidade, bem como, a construção de uma teoria-aberta do conceito de valor social intrínsecos ao autoplanejamento e ao planejamento participativo da gestão urbana autonomista, garantidoras assim, da emancipação das multiterritorialidades e dos desenvolvimentos múltiplos do espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Maurício Lobo. Ocorrência de Chuva ácida em Unidades de Conservação da Natureza Urbana- Estudo e Caso no Parque Estadual da Pedra Branca – Rio de Janeiro – RJ. 137f. dissertação (mestrado) Dept. Engenharia Sanitária, UERJ, 2005.

ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas In: ARANTES, Otilia.; VAINER, Carlos.; MARICATO, Erminia. (org). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ARAÚJO, Tânia Bacelar., GALVÃO, Antônio. *et all* Política Nacional de Desenvolvimento Regional. In HAESBAERT, Rogerio. e MOREIRA, Rui. Brasil Século XXI - Por uma nova regionalização?, São Paulo: Ed.Max Limonad e CNPq., p. 28-53, 2004.

CASTRO, Demian Garcia. Regionalização do Estado do Rio de Janeiro: uma Nota sobre. Desenvolvimento e Políticas Públicas, Revisitando o território fluminense, 2003.

CORRÊA, Armando Magalhães. O Sertão Carioca. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (reimpressão departamento de imprensa oficial. Secretaria municipal adm.) v.167. p. 312 1933.

DAVIDOVICH, Fany. Estado do rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial, Revista Território, ano V, nº 9, pp.9-24, jul/dez., 2000.

ENGEMANN, Carlos. Consumo de recursos florestais e produção de açúcar no período colonial: o caso do engenho do Camorim,RJ. In: As marcas do Homem na floresta: História ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica (R.R. Oliveira, org.). Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio, p. 23-33, 2005.

FERREIRA, Álvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação: um olhar sobre os movimentos sociais In: Anais do IX Colóquio Internacional de Neocrítica, UFRGS, 2007.

_____. A (im)postura do urbano: conflitos na produção da cidade.. In: I Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil - SINARUB, 2006, São Paulo. Anais do I Simpósio Nacional o Rural e o URbano no Brasil, 2006.

- FREITAS, Marcelo Mota.; CASTANHEIRA, Marcelo.; FINGERL, Fernanda Rath. As Marcas da Enxada - A Influência dos remanescentes agro-pastoris do maciço da Pedra Branca na dinâmica hidrológica das encostas. In: Oliveira, Rogério, Ribeiro, de. (Org.). As Marcas do Homem na Floresta: História Ambiental de um trecho de Mata Atlântica. 1 ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005, v. , p. 143-166.
- FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamont, 1999.
- FRIDMAN, Fania. e SIQUEIRA, E.C. Uma cidadela global no rio de Janeiro In: Revista Rio de Janeiro, v. 9, 2003.
- GOMES, Paulo César da Costa. Cidadania e espaço público: O que a geografia tem a dizer? In: Gomes, Paulo César da Costa. A condição geopolítica da cidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.
- HAESBAERT, Rogério, O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 400 págs., 2004.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Ed. Loyola, 12ª ed, p. 257-276, 2003.
- IRIAS, Frederico Dias. A renovação urbana da Lapa, Rio de Janeiro: território de conflitos?, in: Anais da IX Conferência de geografia, Puc-Rio, 2007.
- LEFEBVRE, Henry. The production of space. Oxford/Cambridge, Mass.: Blackwell, 1991, Cap. 1 – Plan of the present work; pp. 1-24, orig.: 1974.
- LEME, Maria Cristina da Silva. (coord.) Urbanismo no Brasil 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel, FAUUSP/FUPAM, (pags. 20 a 38), 1999.
- MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? In: cadernos IPPUR, jan./dez. (1 e 2), p. 113-130, 1997.
- MATOS, Ilmar Rohloff. Moeda colonial IN: O tempo Saquarema. São Paulo, HUCITEC, 1987.
- OLIVEIRA, Clara Machline Ribeiro. O bairro de Vargem Grande/RJ e seu processo de urbanização – monografia de graduação em Geografia, PUC-Rio, p. 36, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o urbano no Brasil, In: Espaços e Debates, jul/set (6), 1982.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro. (Org.) As marcas do homem na floresta: História Ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, v. 01. 230 p., 2005.

_____. Mata Atlântica, paleoterritórios e História Ambiental. In: III Encontro da ANPPAS, Brasília, Distrito Federal, 2006.

RUA, João. (org.) Paisagem, Espaço e Sustentabilidades – Uma perspectiva multidimensional da Geografia, Edit. PUC-Rio, 2007.

RUA, João; WASZKIAVICUS, Fernando Antonio; POVOA NETO, Helion.; PETRUS, Maria Regina. Para Ensinar Geografia (Uma Metodologia alternativa para o ensino de Geografia. v. 1. 311 p., 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora ACCESS, 1993.

SANTOS, Agni Hévea. A História Ambiental na paisagem contemporânea do maciço da Pedra Branca/RJ. Monografia de graduação em geografia, PUC-Rio, pg. 57, 2007.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço - Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. Por uma outra Globalização. 6 ed. Rio de Janeiro: Record. 2001.

SILVA, Augusto César Pinheiro da. Discursos e práticas institucionais no Estado do Rio de Janeiro: paradoxos organizacionais na modernização do espaço rural fluminense in: RUA, João, (org.) Paisagem, Espaço e Sustentabilidades – Uma perspectiva multidimensional da Geografia, Edit. PUC-Rio, 2007.

SOUZA, Anderson Barboza. Agricultura familiar em unidades de conservação: um estudo de caso do Parque Ecológico da Mendanha. In: MARAFON, Gláucio José.; RIBEIRO, Miguel Ângelo. (Org.). Revisitando o território fluminense. Rio de Janeiro: UERJ-NEGEF, v. 1, p. 237-251, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes. O desafio Metropolitano – um estudo sobre a problemática sócio-espacial das metrópoles brasileiras, Berthand Brasil, 2000.

_____. A teorização sobre desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. Revista Território, 1(1), 1996.

_____. Território do outro: problemática do mesmo? O princípio da autonomia e a superação da dicotomia universalismo ético *versus* relativismo cultural IN: ROSENDAHL, Zeny & CORREA, Roberto Lobato. (Orgs.) Religião, Identidade e Território. Rio de Janeiro:EDUERJ, p.145-176, 2001.

_____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. Revista Território, ano II, nº 3, Jul./dez. 1997.

_____. Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, (155-168), 2002.

VALLEJO, Luis Renato. Unidades de conservação: Uma discussão teórica à luz dos conceitos território e políticas públicas In:Anais I Seminário de Campos Temáticos de Doutorado; Programa de Pós-Graduação em Geografia; Português; Auditório do Instituto de Geociências; UFF-Niterói; 2003.

VASCONCELOS, Isabela. A dialética da mudança: uma análise crítica do conceito de paradoxos organizacionais. In: Relatório de Pesquisa EAESP/FGV/NPP, nº 6, 2004.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? IN: ACSELRAD, Henri. (coord.) Planejamento e Território, ensaios sobre a desigualdade, cadernos ippur, jan/jul (1), 2002.

VILLAÇA, Flavio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, Csaba. SCHIFFER, Sueli. (orgs.) O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: FUPAM/EDUSP, 1999.

Consulta na Internet, endereço: Fonte: www.cmcv.org.br/

Consulta na Internet, endereço: IPP – Instituto Pereira Passos (www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/)